

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e
Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

Número e título do GT: 13 - **Marcadores sociais da diferença em articulação**

**Construção crítica de cidadania, subjetividade e emancipação: experiências de
educação popular nas políticas
LGBT+ na cidade de São Paulo**

Carlos Vinícius Silva Pinheiro¹

¹ Bacharel em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Humanas e Sociais (PCHS) na Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador da Academia Paulista de Direito no Centro Internacional de Direitos Humanos.
carlos_vinii@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa pretende entender como as iniciativas de Educação Popular podem viabilizar cidadania a partir do acesso à formação educacional em dois programas paulistas voltados para geração de mobilidade e transformação social a partir de organizações da sociedade civil. Pretende-se fazer um estudo comparativo entre os efeitos desdobrados nas pessoas participantes do programa Transcidadania, localizado no Centro de Cidadania LGBT Laura Vermont- Zona Leste (CCLGBT- ZL), em relação a iniciativa popular ancorada no movimento social nacional UNEAfró, representada pelo Núcleo UNEAfró Luz. Pensando nesta proposta mais abrangente, objetiva-se focar para identificar as atuais dificuldades e limitações dos dispositivos de política pública, mesmo que específicos, focando em ensejar seu aperfeiçoamento ao analisar dados coletados e assim gerar um quadro de balanços para ensejar possíveis melhorias; também busca-se localizar as relações locais/regionais ao atentar-se para possíveis diferenças entre a região central e periférica; assim como averiguar a Educação Popular e sua pluralidade de contribuições para construção de cidadania de pessoas LGBT; e focando, primordialmente, em compreender a partir do relato de alunos e alunas como a cidadania é acessada pela apreensão de instrumentos compartilhados na Educação Popular, tanto no dispositivo de Política Pública afirmativa do programa Transcidadania instalado no Centro de Cidadania LGBT Laura Vermont -Zona Leste, e tendo como contrapartida o Núcleo de Educação Popular Luz (UNEAfró- Luz) da União dos Núcleos Educacionais Afró, movimento nacional educacional para juventude, principalmente negra e vulnerável, que se estende para populações vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular. Gênero. Sexualidade. Cidadania. Políticas Públicas. LGBT+.

Introdução

O início da nova gestão municipal do governo da cidade de São Paulo em 2017 e as mudanças nas diretrizes das políticas públicas, acompanhadas paralelamente da ascensão nacional notória das hostilidades proferidas nas redes sociais que reivindicam retrocessos e atacam as políticas e vidas LGBTQ+², compõem o universo situacional desta pesquisa. A preocupação acerca do empenho do conservadorismo³ em fundamentar, no campo da política pública, um posicionamento contrário ao acesso de educação tendo como preocupação o que tange as reivindicações e atenção às pautas LGBTQ+ são centrais para este debate que foca na educação popular como possível meio de promoção de respostas plurais ao levante internacional destes grupos conservadores capilarizados em diversas formas e grupos hostis com esta população.

Os debates dos direitos humanos, numa perspectiva global e local, termina e prática, possibilitam o acesso, estudo analítico e propositivo de soluções ao entender que:

² A sigla LGBTQ adotada na I Conferência Nacional sobre populações LGBTQ em 2008 designa uma pluralidade de expressões da diversidade sexual: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Porém, acrescenta-se a esta sigla algumas atualizações ainda em discussão no Brasil, visto que desde quando aconteceu esta primeira conferência a sigla passou por mudanças, principalmente aquelas que pautam os movimentos internacionais LGBTQ+, incorporando as siglas "Q"- "I"- "A"- "+", ficando LGBTQIA+ (*Queer*, Intersexual, e Assexual/Simpatizante, além deste "+" que representa a possibilidade de novas identidades). Esta atualização está em um debate sobre as questões do pós-colonialismo e de linguagem, graças ao fato da categoria *Queer*, no Brasil ter equivalências no que tange a violência com as pessoas transgêneros não-binárias, estas pessoas não estariam dentro da sigla "T" por não serem nem homens, nem mulheres Transsexuais, nem Travestis. As pessoas Intersexuais seriam aquelas que possuem genitálias ambíguas, produções de hormônios em taxas diferentes e que revelariam diferenças no que tange suas características sexuais primárias e secundárias, por esta questão desde ao nascer passam por procedimentos médicos/cirúrgicos e fármacos para que a medicina e família possam definir o "sexo". O "+" seria para possibilidades ainda não identificadas de outras orientações e formas sexuais e identidades de gênero, e também poder ser pensada a questão da HIV+/AIDS, no que tange o quanto que esta e outras Infecções Sexualmente Transmissível marcaram a história destas comunidades principalmente pelo que tange a violência institucional, negligência e estigma. Por fim, a opção LGBTQ+ é priorizada em virtude da facilidade para pesquisa da palavra-chave, pelo reconhecimento acadêmico da sigla, e pela popularidade, mas não será abandonada a necessidade do "+" com foco de minimizar a supressão de siglas e encarar com respeito a inerência desta vasta e diversa expressão sexual e de identidades. Definições amplamente discutidas em obras de autores com Jota Mombaça (2016) e Amara Moira (2017)

³ A conceituação sobre a organização burocratizada em forma de partidos políticos cristão, assim como a proeminência de alguns líderes religiosos, como representantes políticos da moral cristã é tomado pela intersecção de concepções os caracterizam em termos de direita cristã, assim como alguns outros termos sinônimos, ou que remetem a mesma ideia de conservadorismo e mobilização reacionária sobre pautas progressistas. "A direita religiosa é um movimento de conservadores sociais cujo objetivo é a retomada da moralidade [...] que, no século XX, esteve ameaçada pelo avanço dos movimentos homossexuais, feminismo e uso de entorpecentes, além do currículo evolucionista e do banimento da oração nas escolas públicas. Seu maior inimigo é o Estado secular, humanista e liberal, que deu espaço para a atual crise de valores - crescimento da promiscuidade, divórcio, índices de suicídio, eutanásia e aborto - e da família americana." (FINGUERUT, 2009, p.142)

"El gran desafío que se plantea es que los políticos y la educación ayuden a cambiar la cultura, se armonicen los sistemas legales nacionales con el derecho internacional de derechos humanos, se lleven a cabo políticas sociales adecuadas a nivel nacional e internacional, y se fomente la inclusión de todos en el marco de una arquitectura de gobierno de múltiples niveles. Mientras tanto, se ha abierto una nueva frontera para el fomento humano y el progreso de la democracia."(MATEOS, 2011, p. 17)

A metodologia empregada é qualitativa, contemplando as seguintes frentes de trabalho: pesquisa documental de Diários Oficiais e publicações oficiais dos canais da Câmara, Coordenação LGBT dentro da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. O trabalho de campo baseado na observação participante em grupos focais, aliados com realização de entrevista aberta na perspectiva metodológica da etnografia de Don Kulick, que a partir da imersão do autor no universo ao qual tinha familiaridade e estranhamentos busca-se tensionar o que é familiar e se aperfeiçoar no que é desconhecido, com a finalidade de preservar de forma fiel relatos e experiências compartilhada pelo sujeitos pesquisados. Além do levantamento bibliográfico acerca dos eixos temáticos da educação popular e seu entrecruzamento com as questões de identidade de gênero e sexualidade. Para tanto, pretendo elaborar um estudo na perspectiva da etnografia da vida associativa (CEFAI, 2011), tomando como objeto de análise científica os debates sobre direitos civis e políticas sociais voltadas às pessoas LGBTQ+ que transcorrem em disputa social na arena pública formada pelos grupos antagônicos na promoção de direitos e cidadania LGBTQ+ e os grupos apoiadores.

"Se podemos, em grandes traços, fabricar tipos culturais, embora sob o risco de cair em estereótipos, devemos também e principalmente examinar *in situ* os modos múltiplos pelos quais os atores assimilam e acomodam, inventam, distorcem, utilizam ou recusam significados. É preciso, pois, seguir as ações simbólicas ao invés de congelar os sistemas simbólicos, fixados pela obsessão culturalista." (CEFAI, 2011)

Alguns conceitos acerca dos debates de identidade de gênero, sexualidade são basilares, como a reflexão de Judith Butler (2015a) sobre *vidas precárias*, quais vidas são possíveis de viver e como viver assim como quais vidas são dignas de luto social e institucional, sendo que a autora centraliza como operam normatividades que colocam em evidência a complexidade dos nexos entre reconhecimento social e democracias. A

autora traz historicamente um debate sobre como elas são constantemente inventadas, ampliadas, rearranjadas em razão da tensão entre suas comunidades morais. Ou seja, novos grupos podem ser alvo da desumanização e despolitização de seus corpos em virtude de um suposto risco/perigo que representam para o funcionamento das ordens vigentes no poder. A normatividade é vista pela autora como constante processo histórico de mudanças originadas por disputas entre grupos associativos, tendo por base a necessidade de ser retroalimentada por novos significados do que é 'terror' e de quem é 'cidadão'. Partindo dos argumentos cunhados por Butler serão traçadas as possibilidades acerca do campo selecionado e a população LGBTQ+ para tentar compreender as formas de construção da diferença negativa de sujeitos e da alteridade em certos contextos da vida contemporânea que envolvem cidadania, reconhecimento social, perspectivas individuais e projetos de sociedade em comparação com as iniciativas públicas possíveis em dispositivos, e tendo o panorama social de retrocessos e ataques a ampliação dos direitos LGBTQ+. Pretende-se colaborar para o conhecimento científico sobre as lutas por reconhecimento/representatividade/redistribuição social como fonte de questionamento das normas e para tanto possibilitar embasamento de respostas sociais plurais.

A Educação Popular e a construção de cidadania, autonomia e subjetividade:

O ponto de partida da Educação Popular está em pensar-se criticamente sobre uma estrutura disposta na estrutura burocrática estatal de gestão pública da educação falha e definida entre o Poder Público de nível estadual para o Ensino Médio, e local (municipal) sobre Educação Básica e Fundamental. Nesta divisão ignora-se grupos sociais marginalizados e vulneráveis que esta regra escolar e estes dispositivos não foram suficientes nas respostas e oferecimento de instrumentos que viabilizassem o acesso/permanência de pessoas LGBTQ+, e neste caso resultando na fuga escolar e nos gargalos frequentemente encontrados sobre a concretude do currículo escolar. A autora Raquel Rolnik também é fundamental acerca deste debate da situação de exclusão territorial e distribuição desigual de recursos que implica em um leque de problemas que abrangem do acesso à educação, ao trabalho, até cuidados de saúde apropriados e revela uma falta de inclusão de dispositivos e de políticas para vida comunitária. As respostas possíveis dentro de espaços educacionais populares apresentam-se como respostas plurais as possibilidades democráticas dentro da gestão pública antes definidas

somente pelo orçamento participativo, conselhos de acompanhamento de contas públicas e assembleias que possibilitam uma comunicação direta com o poder público local, enquanto as organizações da sociedade civil podem conciliar os interesses de movimentos sociais e de grupos beneficiários.

A Educação Popular será crucial para captação de reações e de interações frente ao compartilhamento de informações, tratamento de pautas dos Direitos Humanos, num viés interdisciplinar que visa a instrumentalização deste conhecimento para prática cotidiana e superação de desigualdade social, partindo das noções de cidadania e de construção de um currículo educativo interdisciplinar e global, com o compromisso de construir um espaço social educacional para construção da cidadania, logo também de suas individualidades e leituras de mundo, o autor Boaventura de Sousa Santos (1995) traz como "*repolitização global*" da prática social, com o reconhecimento do caráter político dos diferentes "*espaçostempos*" de inserção de alunos e alunas, pensando sua origem e suas vivências para construir lugares de construção comum e compartilhamento de autoridade:

A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitirá desculpar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo em que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada.(SANTOS, 1995 p. 271).

A construção de um estudo comparativo entre de política públicas e iniciativas populares se faz necessário para pensar e mapear possibilidades de diálogos e de implementação de ferramentas educacionais que democratizem o acesso e sua qualidade ao ser pensada de forma crítica e direcionada sobre populações histórica e estruturalmente violentados, combatendo sua condição vulnerável a partir do compartilhamento de instrumentos educacionais eficientes para que possibilitem e transformações individuais de suas vidas para que acessem o mercado de trabalho, instituições de Ensino Superior, ou formas outras de viabilizar sua autonomia. A experiência e pratica de novas formas de ensino só são possíveis pois estas iniciativas destacas nas pesquisa são responsáveis pela formação de grupos encaminhados para Instituições de Ensino Superior, cursos de liderança e formação profissional, e portanto é

possível pensar com maior concretude e a longo prazo os efeitos e desdobramentos destas formas de educar populares e que já tem impactos reais na mobilidade social de pessoas LGBTQ+.

Metodologia e contribuições para investidas antropológicas pela etnografia:

A metodologia empregada nesta pesquisa parte da Antropologia Urbana em diálogo interdisciplinar no campo das Ciências Sociais para elaboração de um estudo comparativo entre o programa municipal Transcidadania no dispositivo regional de política pública, o Centro Cidadania LGBTQ-Zona Leste e a UNEAfró(União Nacional de Núcleos Educacionais Afro) - Luz, que ocorre na Casa de Oração do Povo de Rua no Bairro da Luz, centro da capital paulista. O caráter metodológico etnográfico desta pesquisa resultará uma produção qualitativa e analítico-crítica, embasada no trabalho de campo etnográfico que será realizado.

Pretende-se a partir da observação participante, registrar em diário de campo informações coletadas por entrevistas livres e grupos focais para obtenção de relatos e trajetórias de vida de alunos e alunas do Núcleo e das pessoas atendidas pelo Programa Transcidadania acerca do impacto da Educação Popular em suas vidas. Parte-se de dados biográficos para construção deste diálogo interdisciplinar para entender o caráter qualitativo da "Arte de Pesquisar" nas Ciências Sociais, obra da autora Miriam Goldenberg (2004, pp. 143) que conceitua "[...]a utilização dos métodos biográficos em Ciências Sociais é uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica que vivem". Está no escopo a importância de explorar a possibilidade de trabalhar com dados quantitativos captados pela pesquisa documental oriunda de outras pesquisas, sensores, questionários e dados estatísticos de relatórios nacionais e internacionais de Agências Oficiais e de Organizações da Sociedade Civil, tendo em vista as recentes publicações estatísticas acerca da população LGBTQ+ e os eixos temáticos das políticas públicas; educação e violência, além de dados compartilhados pelo CCLGBT-ZL e no Núcleo UNEAfró Luz.

Democracia a encruzilhada as LGBTQIA+

A dificuldade de acesso aos meios institucionais comuns, da vida cotidiana, são fatos que estão sendo questionados cotidianamente bom bombardeios de diversas frentes e formas de organização. Novos atores e atores, heterogeneidade de respostas, a impossibilidade de esgotar e esvaziar os movimentos sociais, revelam um novo momento frente aos novos desdobramentos acompanhados nas mudanças dês gestões, de partidos políticos, e portanto, das diretrizes de construção de política pública, conseqüentemente também do reconhecimento e da possibilidade de exercer cidadania. Aqui é detida a possibilidade, ainda que por algumas concepções positivas de direitos humanos e sua universalidade, entende-se que em países como o Brasil, o desmantelamento de políticas sociais está sempre suscetível ao desenvolvimento ou encrudescimento econômico. A flutuação de atenção do poder público foi dado principalmente por pressões internacionais e de uma histórica preso dos movimentos LGBTQIA+ acerca do que pode ser encarado como políticas de extermínio, “necropolíticas”(MBEMBE, 2011), com esta população, e principalmente com as pessoas Trans e Travestis.

O caso desta política pública em específico tem um histórico vasto de reparação, seja estrutural, simbólico, ou de comando e ordens de extermínio contra a população Trans e Travestis, viabilizando acessos e gerando táticas de combater a violência e a vulnerabilidade.

Identidade

As singularidades, o excepcional e atípico tomam cena sobre a considerada microanálise das personagens (Ginzburg 2008), como se o *zoom* oriundo da crítica episteme, método e ontológica revelam como a cultura e a escrita se cruzam em projeção de formulações próprias e autônomas. A troca ou o silêncio sobre lembranças revelam as memórias como campos de disputa narrativa acerca das experiências sociais e individuais, logo da história que norte a(s) vida(s), sendo estas indissociáveis das primeiras e vice-versa, porém tendo centralidade os problemas do empobrecimento (Benjamin, 1987) ou fomento, sua privação ou estímulo, é que revelam o pertencimento social (Halbwachs, 1990). A memória é um trabalho contínuo reconstituição e construção

de si e da vida social (Halbwachs, 1990), porque o que torna-se dizível revela a seletividade da memória, seja por estratégia de sobrevivência, por não-pertencimento, esta capacidade de recordar não é totalitária, ou seja inatingível totalmente, por ser constantemente ressignificada no contexto da ora de relatar-se a si mesmo (Butler, 2015).

A maior contribuição dos debates da memória para esta pesquisa constituiu-se sobre a necessidade de compreender a identidade social, individual, e entender o esquecimento e silêncio como negociações bio/psico/sociais que constituem estratégias para viver, sobreviver e conviver com as lembranças e acontecimentos em termos do presente. As memórias seletivas (Pollak, 1989) revelam as táticas de proteção e da necessidade do dever ético de identificar as memórias que não devem ser estimuladas, ainda mais tendo em vista o despreparo técnicos da ciências sociais em lidar com traumas, principalmente. Para isso é investigada a possibilidade da educação popular trabalhar com este campo de disputa narrativa que a memória conceitua-se como para Pollak (1989), identificando como ferramentas e experiências educacionais podem organizar a realidade que não é compartilhada(dita) ou dizível (possível de ser dita), e muito menos pode ser tratada com inverdade, ou como verdade não escondida, pois são memórias subterradas.

Esta breve reflexão sobre educação, memória, lutas por reconhecimento e as temáticas dos debate de gênero e sexualidade estão postos para revelar que a dificuldade do combate das opressões geram o maior questionamento sobre a efetividade e amplitude de acalque da democracia. A evidente constatação de que os valores sobre este conceito, ainda mais quando pensados na ampla opinião pública, é de completa limitação. Os dispositivos de política pública e de mobilização social acompanhados como estudos de caso neste trabalho apresentado são pequenos exemplos de grandes efeitos de rupturas e de avanços, porém ainda tendo a contemporaneidade de fatos que acompanham as retaliações em arenas públicas.

Alguns pilares são norteadores neste processo educacional apresentado calcado em algumas simples conceituações oriundas um debate de gênero e sexualidade livre ao passo que focal. Portanto Bourdieu (1980) explica que somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de identidade que fixam as respectivas posições de cada grupo. A

autoridade legítima tem o poder simbólico de fazer reconhecer como fundamentadas as suas categorias de representação da realidade social e seus próprios princípios de divisão do mundo social. Por isso mesmo, esta autoridade pode fazer e desfazer os grupos.

Goffman (1988) elabora seu conceito de identidade social a partir desse contorno teórico, o qual está subdividido em identidade social virtual e identidade social real. Distingue a identidade social virtual da identidade social real: a primeira consiste nas exigências que o grupo social faz em relação àquilo que o indivíduo, diante desse mesmo grupo, deveria ser; e a segunda refere-se à categoria e atributos que o indivíduo prova ter. Contudo, na relação entre a identidade social virtual e a identidade social real pode ocorrer discrepância. É, nesse momento, que surge o que se denomina estigma:

"Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torne diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa es- tragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real."

Amara Moira (2017) apresentou um debate crítico sobre a conceição da cisgeneridade, assim como a transsexualidades que foi construída pela sua oposição mas sendo sua originaria, visto que o conceito de cisgeneridade passou a existir a partir da demarcação do que estruturalmente e historicamente construiu-se e demarcado exatamente como as narrativa e a cientificidade devem passar por novos panoramas, principalmente no que tange o debate de democracia e de ciências Humanas:

"A auto-identificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser (se não houvesse um mínimo de escolha, não haveria tampouco armário), mas já há muito mais do que esse testemunho, essa auto-identificação, para pensarmos as existências trans. Não se pode esquecer, aliás, que na maioria das interações sociais não haverá tempo hábil para você dizer o que é, seu corpo tendo que se fazer capaz de transmitir a mensagem da forma mais inequívoca possível: isso não quer dizer, de forma alguma, que nós

efetivamente nos sujeitamos ou devemos nos sujeitar aos estereótipos cis, imitá-los à perfeição, para poder exigir que nos respeitem, que nos deixem em paz, mas sim que existe todo um investimento na construção desse corpo, corpo que também é identidade, para diminuir o desgaste de ter que negociar, com quem interage com você, o que você é ou deixa de ser. Cede-se ao estereótipo o quanto fizer sentido para a pessoa e, com isso, vai-se tentando minimizar o desgaste, a violência de deslegitimarem sua existência: eis a ideia. E funciona assim por conta da identidade, o nosso papel no mundo, não ser decidida por decreto, mais uma crítica ao foco engeguecedor na auto-identificação: quem se identifica se identifica com alguém, mas esse identificar-se não é unilateral, "sua palavra contra a minha", "sua palavra basta". O grupo com que nos identificamos terá que minimamente reconhecer a legitimidade dessa nossa identificação (assim como os demais atores sociais) ou, então, o que temos a dizer sobre nós, sobre o que somos, não terá nenhuma valia."

Esta conceituação teórica de temporalidades distintas e ao mesmo tempo potentes quanto a ruptura sobre o que se entende de identidade propriamente no que tange o conceito, campo simbólico e material da subjetivação. A educação nestas revelações conceituais se revela como principal meio de possibilitar que debates de gênero e sexualidade construam campos de diálogos diretos com os processos de formação, seja na juventude, ou nos casos acompanhados nesta pesquisa, de maioridade.

A condição da educação popular dentro de regimes democráticos possibilita meios de resistência e de produções de subjetividades diversas, prontas para liderança em projetos sociais ou tão somente para possibilitar melhoras e mobilidade social. Projetos de sociedade são operacionalizado por traz de toda agenda curricular e obviamente, em tempos que os currículos e "como ensinar" estão sendo questionados massivamente, torna-se notória a necessidade de táticas como a transparência e iniciativas educacionais populares.

É visto que processos ideológicos podem colidir ou até mesmo estar inseridos dentro de contextos de produção e troca de conhecimento com camadas populares, por estes processos não podem ser vinculados aos projetos críticos, emancipatórios e populares. Um debate democrático, crítico, a formação de uma leitura interpretativa e entre outros fatores são interações interdisciplinares e que devem estar ligados ao cotidianos de alunos e alunas, portanto, a carga opinativa sobre fatos e especulações, em

tempos de tamanha circulação e informações podem ser responsáveis pela ainda maior vulnerabilidade de populações vulneráveis.

Considerações finais

Este ensaio visa apenas apresentar algumas premissas e indagações que norteiam agendas de pesquisas em comuns de outros profissionais de diversas áreas e coletivos, para que sejam enriquecido e fortalecido. Entende-se por práticas educacionais populares, assim como grupos associativos, práticas de agrupamento, troca e subjetivação, e não necessariamente sujeição, por mais que seja inerente. As temáticas da democracia e direitos humanos são pertinentes e centrais, devem aparecer exclusivamente e aproveitando embalos interdisciplinares. As ondas destas debate refletem sobre grupos heterogêneos de pessoas vulneráveis e muitas vezes apresentam-se como germes de produção de lideranças jovens ou de novas respostas a problemas sociais, e políticas públicas.

Aqui, aproveito para fazer menção ao iniciativas de bolsas permanência para grupos vulneráveis e que participam de cursinhos populares pré-vestibular, por exemplo, tendo também o programa Transcidadania como carro-chefe na policia pública LGBT+ nacional para tentar produzir mobilidade social. Em momentos de instalação de novos valores mercadológicos e políticos, é de total relevância trazer ao no debate científico sobre democracia alguns apontamentos acerca de suas incompletude, e trazer ao centro como algumas, ainda que tímidas, tentativas de produção de cidadania e de reparação de vulnerabilidades ainda enfrentam a fragilidade, o desmonte público, a austeridade de governos que assumem diretrizes novas e negligentes.

Cabe pensar na valorização em novas formas de produção de conteúdos, de produção de discurso, logo de comportamento, corpo, poder, conhecimento e verdade. Categorias e conceitos completamente diferentes entre si e que dentro de diversas áreas da ciência, cada uma possui uma versão teórica e conceitual. As diretrizes que deste artigo estão brevemente referenciadas e podem ser ampliadas para que as vozes por traz de intervenções possam carregar novidades consigo, tendo como objetivo a pluralidade e a diferença narrativa e de novos conhecimentos, incluindo aqui, com centralidade os que não foram ouvidos, tradicionais e originários.

Muito do trabalho de resgate e de propulsão que a educar produz está em reparar traumas, transbordam buracos dentro do sujeito, que possam ser preenchidos com novas memórias, conhecimentos, informações e modelos. O projeto trabalhar com heterogeneidade, vulnerabilidade, juventude e autonomia refletem tempos que demandam o enfrentamento das condições de precariedade.

Algumas repetições e padrões devem ser atentados sobre as narrativas e produções de conhecimentos e saberes científicos que estejam questionando o binarismo, pilar que apresenta-se fundante na perspectiva da realidade, principalmente na temática da democracia, das ciências humanas. A possibilidade de ter concepções além de pólos de signos binários que limitam a perspectiva da identidade, pode ser revelada com instrumentos educacionais ancorados com a complexibilidade de atingir, manter e preservar a autonomia, ainda mais quando se tem de questionar criticamente como se fundou a “liberdade”.

A democracia, a liberdade e a fraternidade são três conceitos bases de uma revolução que inaugurou um debate e a universalização deles, tendo como premissa o modelo de sociedade hegemônico ocidental, heterossexual, branco, cristão entre outros padrões estéticos corporais e epistemológicas que ocasionaram encarceramento de outros, a marginalidade, a miserabilidade e também, conseqüentemente, a negação de alguns, em detrimento de um padrão que tem sido revelado como insuficiente de comportar tamanhos olhares sobre a realidade.

Os debates aqui centrados sobre a contemporaneidade e a democracia para LGBTQ+ pode levar a instigar alguma leitura ou interesse para esta agenda de pesquisa necessária para que pilares narrativos possam assegurar produções de conhecimento e de discursos que prezem pela proteção e pela pluralidade de respostas frente aos problemas sociais. Reitera-se a necessidade de pulverizar novos centros populares e iniciativas associativas, educacionais ou não, mas que revelem no agrupamento, o tensionamento da realidade de forma crítica e diversa, tendo como foco as problemáticas sociais, locais ou globais, para que sejam pensadas de forma ampla e em comunicação com oposições e outros espectros identitários, transformando a arena pública honestamente infundável.

A árdua luta sobre a defesa sobre estas temáticas revela que os tempos e a sociedade ainda preservam valores que não são ateados a diversidade, que trabalhem a ancestralidade de forma respeitosa e restauradora, enquanto também explora os recursos atuais com sabedoria, tendo em vista que os debates que afetam a condição de uma democracia plena podem ser ateados pela condição de violência em boa parte dos modos de operação de diversos contextos locais e globais, e isto revela uma conjuntura diferente dos debates e do momento que foi vivido sobre a universalização dos direitos humanos e luta por reconhecimento.

É notória que estas demandas de novas respostas possibilitam novos horizontes e novas associações, rearranjos sociais e formas de combate social globais e que utilizem ferramentas cada vez mais diretas e efetivas acerca dos direitos humanos. Porém, ele ainda enfrentam limitações neste contexto político em que a democracia tomou outros arranjos e que revelas-se ambigualmente liberal, economicamente, e conservadora, moralmente.

A inquietude de diversos seguimentos sociais ao buscar a educação revela primeiramente a resistência frente a uma onda de acontecimentos que levaram ao não pertencimento a escola, e aqui cabe pensar que nenhum dos conhecimentos trocados segue a estrutura formal, haja vista que o conhecimento tradicional, técnico e científico deve passar pelo olhar técnicos de agentes educadores diversos e com diversos graus formação e objetivo. O julgamento deste material esta sobre a seleção do conteúdo e currículo, assim como contexto, tendo em vista o panorama captado pelos primeiros contatos, primeiras aulas entre outras.

A alimentação desta ambição sobre a troca oriunda da educação popular deve ser centralizada em nos próximos debates acerca de atenuação da condição de vulnerabilidade, pobreza e analfabeshtimos, profissionalização, empreendedorismo e reparação. Pois, aqui entende-se que estes mecanismos transbordam a capacidade da Educação regular para Jovens adultos, ao passo que podem revelar a conciliação de uma 3ª via, ou setor, que é oriundo da assimilação de facilitares público e/ou privadas, tendo a finalidade de criação de novas iniciativas populares, e sustentabilidade destes projetos.

A forma engendradora em que o combate a vulnerabilidade que a própria forma de construir governança, aliada as formas de exploração desenfreada formam este conglomerado de informações que entorpecem boa parte da sociedade para problemas ditos minoritários, mas que são do escopo social. A restrição sobre pautas, sejam elas da política direta, econômica, militar, ou tão somente algum tabu social, revelam um mecanismo complexo de aniquilamento da tomada de conhecimento.

Por fim, justifico a escolha de alongamento sobre este tópico, pois aqui se tratou de um relato de experiências e de acompanhamento no trabalho campo etnográfico. Algumas formas taxativas podem ser consideradas em virtude de um acompanhamento pouco referenciado oriundo de um trabalho científico já feito antes com os eixos temáticos de grupos religiosos conservadores fundamentalistas e suas investidas contemporâneas nas políticas LGBT+ na cidade de São Paulo. A produção de formas de hostilidade se tornaram complexas conforme foram pulverizadas imagens e nacionalizadas políticas como a do programa Transcidadania, porém cabe salientar que estes tímidos avanços ainda correm risco, e mesmo que ainda tenham de ser aperfeiçoados em diversos níveis, eles também carregam a responsabilidade de serem vanguardistas e fundamentais no combate a vulnerabilidade e a negligência que marcam sociedades.

Bibliografia:

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, vol. I. Magia e Técnica, Arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembrança de velhos. 17a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BUTLER, Judith (2015a). Quadros de Guerra: Quando a vida não é passível de luto?: - 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CEFAI, Daniel; MELLO, M. A.; MOTTA, F. R.; VEIGA, F.B. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa, 2011, Niterói: Universidade Federal Fluminense

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. __. Educação e mudança, v. 18, 2014.

MATEOS, Simone B. Participação Popular – A construção da democracia participativa. Revista do IPEA (Ano 8. Edição 65) Brasília, 05/05/2011

MBEMBE, Achille, 2011, Necropolítica, Espanha, Melusina.

RODOVALHO, Amara Moira. CIS by TRANS. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, fev. 2017. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521>>. Acesso em: 05 out. 2018.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Cidadania, Subjetividade e Emancipação." Pelas Mãos de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade, Porto, Edições Afrontamento (1994).

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. (2004). Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. Rio de Janeiro: CEPESC.

VIEIRA, Sofia Lerche. Poder Local e Educação no Brasil: Dimensões e tensões. Colóquio "Autonomia e Controle Local na Gestão da Escola Básica". Elvas, 2010.